

Do luxo à economia do dom: em torno do tesouro da rainha D. Beatriz (1349-1358)

HERMENEGILDO FERNANDES¹
LUÍS U. AFONSO²

Ao publicar, em 1912, o seu *Luxus und Kapitalismus*³, como sequência ao estudo sobre o capitalismo moderno, Werner Sombart procurou demonstrar um nexos necessário entre a lenta estruturação de um novo modelo de relações entre os sexos, a que chamam cortês, em que o investimento afectivo e económico feito nas mulheres ganha uma nova relevância, e o aparecimento de um padrão de consumo essencialmente urbano e cortesão que teria, na sua opinião, determinado o desenvolvimento do capitalismo, propulsionando uma acumulação primitiva do capital. A fertilidade da hipótese, ao lado de outras suas – por exemplo referentes ao papel dos judeus – e alheias – sobretudo a tentativa feita por Max Weber de associar o florescimento de um capitalismo comercial e depois industrial nos países do Norte a uma ética protestante – não poderá, é certo, fazer esquecer as fragilidades que encerra.

Anotemos, à margem, algumas delas. A primeira será seguramente o erróneo do pressuposto de que o modelo de relações amorosas desenvolvido no seio da nobreza a partir de 1100 se teria difundido com suficiente desembaraço entre os outros grupos para poder ver nele um nexos de causalidade com o rápido crescimento dos níveis de consumo e da cultura material que se verifica nos séculos imediatos e, em especial, a partir de Duzentos. A segunda prende-se com o relegar para segundo plano do factor principal e do qual a cultura cortês

¹ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa.

² Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa.

³ Trad. portuguesa, Werner Sombart, *Amor, Luxo e Capitalismo*, Venda Nova, Bertrand, 1990.

estritamente depende, isto é, o processo de acelerada urbanização que o Ocidente latino conhece a partir do século XI e que as dificuldades de Trezentos e do primeiro Quatrocentos não chegam para travar. Dele e da agilização das rotas mediterrânicas que lhe está na base provêm os primórdios de um alargado consumo de luxo e da acumulação capitalista que ele promove. A terceira, mais subtil, resulta da obliteração dos efeitos que um modelo de relações sociais tradicional, e por isso pré-capitalista e não necessariamente urbano tem na circulação dos bens e dos objectos. Na verdade esse modelo, assente no dom e numa economia de troca simbólica, sobreviverá muito para além da difusão do capitalismo comercial como um cimento capaz de segurar juntos os elementos constituintes do sistema social, ao mesmo tempo que largamente lhe preexiste nas suas duas vertentes: o entesouramento e a doação.

É revista a esta luz muito menos cartesiana do que ele próprio pensara que a hipótese de Sombart pode ganhar um novo fôlego, pela atenção que dá ao papel de uma embrionária sociedade de corte enquanto centro de um consumo padrão e, deslocando-a, pela função que esse consumo tem na organização dessa sociedade. Nem o consumo de luxo nem a economia do dom que a ele em parte se encontra associada são, é verdade, um facto intrinsecamente característico da sociedade de corte tardo-medieval. Mas estão intimamente a ela ligados sobretudo desde que a latinidade cristã recupera as ligações ao Mediterrâneo e ao Oriente desde o século XI, quer através do crescente contacto com o al-Andalus que a própria “Reconquista” torna inevitável, quer através da formação do estado normando na Sicília e dos principados francos no *Outremer*, quer, finalmente, pelas linhas de comércio doravante controladas pelas emergentes cidades italianas.

Daqui vem um acelerado crescimento nos consumos, em particular de objectos de luxo, que o crescimento interno do Ocidente torna possível, as rotas comerciais alimentam e a que as cortes principescas dão o tom, dele sendo ao mesmo tempo a face mais visível, pelo menos enquanto a partir de Duzentos e, sobretudo de Trezentos, esse protagonismo não é parcialmente eclipsado pelo sucesso das oligarquias urbanas, em Itália como na Flandres. Por enquanto, porém, serão as cortes a ditar o gosto, decantando as novidades orientais nos moldes do gosto gótico que por todo o lado, como um grande polvo, ia abraçando a cristandade Latina. Contudo, se a tonalidade do gosto é gótica, e o exotismo da moda, orientalizante, muita da tessitura é ainda dada pela matriz Antiga. Mesmo quando não há qualquer noção da pertença dos objectos em circulação a uma estratigrafia clássica, ou talvez mesmo por causa disso: através das suas produções materiais, à grande escala do edificado como à pequena do objecto de luxo, Roma continuou sempre visível e palpável no Ocidente, parte intrínseca de um património

vivido no quotidiano. E se a visão arqueológica da Antiguidade não surge antes do Quatrocento, é porque não se concebe uma verdadeira divisão histórica entre esse passado e a contemporaneidade. Situamo-nos, pois, aqui, *antes* do gosto pela “antigualha”, justamente porque ele não pode existir sem essa nítida separação de consciência histórica que estará implícita no conceito de retorno, de recriação, de renascimento. Os usos do objecto antigo antes do conceito de Antiguidade são, nessa medida, muito mais ditados pela sua inserção e aplicação, isto é, pela sua utilidade social em determinado contexto, do que pela sua origem. O mesmo se poderá dizer da afeição pelos objectos orientais que, pela mesma razão, não dará lugar a fenómenos orientalizantes análogos ao que se irão viver na Europa dos séculos XVIII e XIX, centrados na China ou no mundo otomano.

Desta forma, o estudo dos objectos de luxo no contexto da Cristandade Latina pós-cruzadística há de ser centrado menos nos contextos de produção original desses objectos do que na sucessão de novos usos que eles ganham na sociedade em que circulam. A consciência do seu valor e, eventualmente, da memória a eles associada, só ganhando significado pelo percurso que eles têm enquanto signos de distinção e, por isso, de moedas de troca numa rede de relações sociais e de poder.

Paradoxalmente, porém, é precisamente nestes processos de circulação que está, do ponto de vista do historiador, a intangibilidade destes objectos. Porque são preciosos para os seus utilizadores preservam-se, dificilmente ocorrendo em contextos arqueológicos, excepção feita à tumulação que, em alguns casos – retenham-se apenas dois exemplos, o do túmulo da Sancho IV em Toledo e os dos infantes de La Cerda nas Huelgas de Burgos, cuja abertura permitiu uma nova janela sobre os usos dos tecidos, adornos e armas preciosos durante a segunda metade do século XIII – apesar dos saques e dos restauros antigos, tem dado resultados surpreendentes. Mas essa preservação implica necessariamente uso, desgaste, transformação, por vezes obliteração de contexto e de significado. A transmissão de mão em mão ao longo de sucessivas gerações, como acontece também com o edificado, vai transformando os objectos, desgastando-os, investindo-os de novos contextos semânticos. A seda dos tecidos levantinos esgaça-se, o ouro e a prata dos adornos são refundidos, as gemas postas em novos engastes, a lâmina das espadas recebe um outro punho. Um estandarte almôada capturado nas Navas de Tolosa torna-se uma relíquia, um camaféu romano um ornamento numa coroa real. É a circulação dos objectos mais do que a usura material do tempo a responsável por esse processo: fragmentar, decompor, remontar, momentos de uma sucessiva apropriação por mãos sucessivas.

Daí que toda esta cultura material nos seja acessível apenas através de testemunhos muito indirectos, raras vezes, raríssimas mesmo, por meio dos objectos

eles mesmos. Antes de Quatrocentos quase nunca se trata de provas iconográficas: haverá que esperar pelos lentos efeitos da difusão de uma cultura que favorece a produção de imagens e a formação de um público consumidor e ainda pelos novos suportes aparecidos ou generalizados nessa centúria ou na anterior – o retábulo portátil, a imagem impressa. A partir daí um mundo de objectos de luxo de uso quotidiano se revela nas obras encomendadas pelos oligarcas flamengos ou italianos, dos tecidos de Damasco aos tapetes ditos Holbein.

Até aí, porém, o registo iconográfico há-de ser em grande medida contra-posto ou mesmo substituído pelo escrito. O discurso da imagem pelo da palavra. E esta é sobretudo inventário. Ao menos quando se distancia dos relatos ideais da narrativa cortês, para nos aproximar de objectos reais utilizados em situações verídicas. Mais uma vez a partir de Quatrocentos, a complexificação do género cronístico permitirá que a narrativa se alargue até à descrição de ambientes através de contextos arquitectónicos e mais ainda, objectuais, em especial pelo relevo que a festa vem a ocupar na sociedade de corte. Até aí, porém, a visão do narrador impõe a situação deixando na obscuridade o cenário. Este surge apenas por razões práticas, quando há que fazer o rol das existências de uma casa, esboçar um mapa das despesas, ou inventariar, no termo de uma vida, um património. Em todas estas situações se impõe o conceito de lista, de inventário.

Um inventário, face à lista de objectos que contém, é simultaneamente muito menos e muito mais que a sua imagem. Muito menos porque substitui a esta um nome: à redução de uma tridimensionalidade objectual a uma bidimensionalidade na representação o inventário opõe a redução radical do objecto à sua enunciação. Neste sentido estrito ele torna-se por esse meio invisível, críptico e por isso visualmente irreconstrutível na sua singularidade. Mesmo quando à mera enunciação se soma um enunciado descritivo, como várias vezes acontece naquele que é aqui o nosso objecto de estudo, amíude insuficiente, a não ser quando se refere a um objecto excepcional, para o individualizar. Mas o inventário é também muito mais do que a imagem individual dos objectos: porque pela sua própria natureza os coloca em série, o mesmo é dizer em contexto, inserindo-os num sistema de referência que é ele próprio gerador de significado; porque os relaciona não só entre si mas com um conjunto de proprietários/utilizadores/consumidores; porque, finalmente, os coloca num tempo de uso, sempre que as referências marginais permitem reconstruir sequências de utilização – anteriores proprietários, destinatários de doações – possibilitando pelo isolamento de camadas, de uma estratigrafia, a construção de uma arqueologia objectual.

São esses testemunhos que nos propomos estudar nesta série de artigos da qual este, espera-se, é o primeiro.

* * *

Começamos, de forma um tanto aleatória – como as próprias lógicas de sobrevivência e preservação dessa cultura material – por um conjunto de testamentos que, uma vez reunidos, permitem estabelecer um registo sombra daquilo que deve ter sido o inventário da casa de D. Beatriz (1293-1359), infanta de Castela e rainha de Portugal pelo seu casamento com D. Afonso IV. Trata-se de uma série iniciada em 21/3/1349, talvez em Lisboa, prolongada em 27/12/1354, através de um codicilo feito em Coimbra nos Paços do Rei que vem corrigir o primeiro testamento referenciado, continuada em 23/3/1357 com um segundo testamento, redigido agora em Santarém nos Paços da Valada e terminada em 29/12/1358 com um terceiro e último testamento, feito em Alenquer nos Paços da Rainha⁴. Deles sobrevivem o codicilo e o segundo e o terceiro testamentos, restando do primeiro as referências feitas pela rainha no codicilo que o modifica. Impossível por isso determinar as afinidades desse grupo formado pelo primeiro testamento e codicilo com os outros dois. O que é certo, porém, é estes últimos formarem um único bloco, quer pela proximidade cronológica, quer sobretudo pela grande identidade do clausulado, que faz pensar que o de 1358 terá sido pensado ele próprio como um codicilo, embora redigido sob a forma de um novo testamento. Em causa estaria, provavelmente, a validação do testamento de 57, redigido poucos meses antes da morte do rei Afonso IV, nas novas circunstâncias ditadas por esta. Além da idade da rainha, a memória recente do surto de peste de 56 – como acontecera talvez em 49 com o grande surto de 48 – aconselhava uma revisão das disposições antes tomadas.

Em todas as versões sobreviventes, uma parte muito significativa dessas disposições, colocada de resto sempre à cabeça dos legados, diz respeito à distribuição do tesouro da rainha, sobretudo em jóias, a que ela indubitavelmente atribui muito maior peso simbólico do que à parte dele que andava em moeda, como se induz do facto de os legados mais importantes serem expressos através desse tipo de entesouramento. A concentração, invulgar, da atenção nesse tipo de objectos, permite tentar reconstruir a sua funcionalidade no âmbito da cultura cortesã em formação e, ao mesmo tempo, avaliar o papel que a sua transmissão detinha no estabelecimento de redes de relações interpessoais, familiares, vassáli-

⁴ Respectivamente, referido por António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed., Liv. I-II, tomo 1, p. 191, e publicados por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* [PHGCRP], Liv. II, pp. 341-343, Vanda Lourenço, “O testamento da rainha D. Beatriz”, *Promontoria*, nº 3 (2005), pp. 100-107 e PHGCRP Liv. II, pp. 343-355. Todas as citações de ora em diante se referem a estas edições e se encontram assinaladas apenas pelas datas respectivas de 1349, 1354, 1357 e 1358.

cas ou clientelares. É precisamente por isso, porque o tesouro serve para funções determinadas e pode ser usado numa economia social da troca simbólica que ele é uma coisa viva, em permanente mudança, diminuição ou acréscimo e não a realidade encerrada, perpétua, definitiva, que o próprio conceito aparentemente implicaria. Nesse sentido entesourar não é guardar senão provisoriamente para depois voltar a distribuir. E é esse perpétuo movimento, feito de trocas, compras, legados e mesmo apropriações no limite da legalidade que tornam o tesouro operativo: não se pode conceber nada de mais distante da acumulação colecionista da era industrial tal como foi metaforizada em dois planos, um final outro inicial, de narrativas fílmicas elas próprias sobre coisas e a sua acumulação – a gigantesca cave de Kane onde, numa fogueira de vaidades arde o único objecto emocionalmente investido, Rosebud, os infinitos armazéns governamentais onde se indiferencia a Arca da Aliança de Indy.

A própria sequência de testamentos é testemunho material desse movimento. De facto, a sequência só se entende em função de momentos consecutivos de distribuição dos objectos capazes de produzirem outros tantos alinhamentos, com muitos pontos em comum mas marcados por uma às vezes subtil redistribuição. Dito de outro modo, os testamentos sobreviventes são versões diferentes da mesma coisa que é a realidade em perpétua mutação do tesouro da rainha. E servem sobretudo – embora não exclusivamente, como se infere do facto das correcções abrangerem também os legados em numerário – para através dele se gerir não só a sua evolução enquanto matéria, mas também o seu potencial enquanto gerador de invisíveis equilíbrios humanos. Daí decorre a impossibilidade de considerarmos esses vários momentos individualmente. Daí também a metodologia que aqui seguimos: o testamento de 1358, o último, servindo de ponto de partida para retrospectivamente se estudar as relações com os anteriores. Uma tarefa facilitada pelo trabalho anterior de Vanda Lourenço que estudou e publicou o único que A. C. Sousa havia esquecido nas suas *Provas*, o de 1357.

Tipologias, Inventário

Apesar de não conhecermos nenhum inventário dos bens móveis da casa da rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso IV, o testamento que mandou redigir em 1358 nos Paços de Alenquer e que nos serve aqui de ponto de partida, permite-nos ter uma ideia muito fidedigna dos objectos mais preciosos que possuía no seu tesouro. Este rico documento permite identificar facilmente a tipologia dos bens existentes no tesouro da rainha, permite saber quais as pessoas e insti-

tuições que a rainha mais beneficiou e oferece-nos uma breve descrição de alguns notáveis objectos de prestígio, sobretudo peças de ourivesaria e de joalheria, algumas delas *spolia* da Antiguidade, como é o caso dos camafeus e dos entalhes, que entretanto se perderam. Importa sublinhar, também, que a rainha distingue claramente aquilo que são bens pessoais daquilo que são bens da coroa. Com efeito, no caso de os seus bens pessoais serem insuficientes para cumprir com o disposto neste testamento, não se poderá recorrer nem aos bens da coroa nem aos bens dos testamenteiros: “E mando q’os bens da Coroa do Regno, nem os outros bens dos ditos meus testamenteiros, no sejam obrigados nem theudos, a cousa nenhuma, se no em quanto avondarem os meus bens, e as suas mãos vierem.”

Tipologias

Neste testamento contámos oitenta e duas determinações referentes à distribuição dos bens móveis integrados no tesouro pessoal da rainha.⁵ Destas determinações apenas duas não se integram nas tipologias que criámos para classificar os referidos bens. Uma tem a ver com a «libertação» dos mouros e mouras, servos e servas que estavam “forros”. Outra tem a ver com a garantia de “posições” que assegurem rendas anuais de 30 libras para o mosteiro de S. Vicente de Fora. As restantes determinações, de facto, dizem respeito a doações que podem ser agrupadas em três grandes tipologias: doações em dinheiro; doações em objectos de ourivesaria e jóias; doações de outros objectos de prestígio.

Em relação às doações em dinheiro, o montante perfaz, no mínimo, um total de 14290 libras. Este valor, porém, seria mais elevado, uma vez que em várias circunstâncias a rainha refere apenas a quantia que deveria ser multiplicada por um número indeterminado de beneficiários. É o caso das *Donas da Rainha*, recebendo cada uma 200 libras; das *Donzelas da Rainha*, cada uma com 500 libras; das *Covilheiras da Rainha*, cada uma com 300 libras; das *Mancebas da Rainha*, cada uma com 200 libras; é o caso, finalmente, de eventuais credores que poderiam ser pagos até um máximo de 100 libras por dívida.

Em relação às doações de objectos de ourivesaria e jóias contabilizámos um total de sessenta e dois objectos. Neste grupo identificámos sete subgrupos, a saber: taças, pichéis e copas; peças de ourivesaria (cintas, cruces, grinaldas, etc.); relicários e ostiários; anéis; outras jóias (pedras preciosas, dobras, etc.); contas; camafeus.

⁵ Não incluímos aqui as determinações que dizem respeito à celebração de missas de sufrágio, cantadas, mandadas fazer no dia de sepultamento, no Oitavo, no Trintário, no aniversário e no dia da trasladação, com distribuição de esmolos e pitanças.

Em relação ao primeiro subgrupo, “taças, pichéis e copas” contabilizámos dezassete objectos: nove taças, seis copas e dois pichéis. Estes objectos eram maioritariamente em prata ou em prata dourada, sendo alguns deles lavrados ou acompanhados por sobrecopas com botões ou pedras preciosas. Destes objectos dois eram em ouro e outros dois apresentavam ornatos esmaltados, sendo referido que uma das taças de ouro tinha por dentro a representação do *Agnus Dei*.

Em relação ao subgrupo “peças de ourivesaria” contam-se sete objectos muito diversificados, alguns dos quais dotados de grande artifício: uma taça que optámos por integrar neste grupo por possuir uma sobrecopa e um capitel com um cavaleiro montado num cisne; um *carro do ouro* com uma donzela; duas cintas, uma em prata esmaltada e outra em ouro; uma cruz de ouro com pedras preciosas; uma grinalda de ouro com pedras preciosas; uma arca de azeviche com pedras preciosas.

O subgrupo “relicários e ostiários” é composto por seis objectos, dos quais apenas um não é feito em cristal de rocha. Deste modo, o cristal de rocha está claramente associado às relíquias, não se encontrando este material empregue em mais nenhuma outra peça do tesouro da rainha. Estes seis objectos correspondem a: dois cristais com relíquias; um barril de cristal com relíquias; uma serpe de prata esmaltada com relíquias numa boceta de cristal; um relicário com pedras preciosas; e uma elaborada boceta de cristal com diversos ornatos em prata e esmalte destinada a receber o *Corpus Christi*.

Os “anéis” constituem outro subgrupo importante, sendo valorizados, essencialmente, pelas pedras preciosas que possuem. São mencionados catorze anéis, aos quais se soma um saquinho com um número não especificado de anéis. Deste anéis cinco têm rubis, quatro têm esmeraldas, três têm diamantes, um tem uma turquesa e outro tem uma safira oriental. O tamanho das pedras é um dado importante, diferenciando-se entre grandes, médias e pequenas.

No subgrupo “outras jóias” contam-se apenas sete objectos: três safiras de tamanhos diferentes; uma esmeralda com quatro pérolas; uma dobra de ouro esmaltada; e dois “texes⁶ de pedras” com safiras, balayses (i.e., balaches,⁷ uma variedade de rubis) e aljófares.⁸

⁶ Não conseguimos identificar este termo. O mais aproximado, dentro do contexto, poderá ser uma referência a um rosário muçulmano composto por cem contas em pedras preciosas, o *tesbi*. Refira-se, ainda, que em brasileiro *teteia* pode significar um artefacto de matéria preciosa, uma jóia. Cf. Morais, X, 814 e 839 (sv. “tesbi” e “teteia”). Em alternativa a estas duas opções, a referência poderá dizer respeito a um têxtil tecido com jóias, do latim *texere*.

⁷ Rubis de cor palhete ou arroxeadas. Este termo é de origem árabe (balchash) e refere-se a um tipo de rubis provenientes de Balakschan, perto de Samarcanda. Tanto pode ser utilizado como substantivo (um tipo de rubi) ou como adjectivo (cor palhete ou arroxeadas).

⁸ Isto é, pérolas miúdas, desiguais e menos finas – do árabe *al-johar*, pérola. Morais, I, 647, sv “aljôfar”.

No subgrupo “contas” são enumerados mais quatro objectos, formados por materiais tão diferentes como o ouro, pérolas e corais.

Finalmente, no subgrupo “camafeus” contamos sete exemplares. Estes camafeus ora surgem isolados (três objectos), ora surgem integrados em peças de ourivesaria mais elaboradas (três objectos – cruz, castelete e relicário). Num caso específico, o mesmo objecto serve de suporte a dois camafeus. Estes camafeus representam cabeças, leões, homens “bochechudos”, basiliscos e homens. Apenas em alguns casos é que existe uma diferença cromática entre o campo e as figuras.

Quanto às doações de outros objectos de prestígio, que perfazem um total de vinte e um objectos, diferenciámos dois subgrupos: panos e mobiliário; outros. Nos “panos e mobiliário” identificam-se almadaques (quinze), alfolas (três) e um pano funerário heráldico. Nos “outros” contam-se apenas um saleiro e uma lâmpada.

A repartição dos bens, a hierarquia dos afectos e as redes clientelares

O testamento da rainha, composto pelas tipologias de bens que acabámos de expor, manifesta quatro grandes preocupações: a) dotação da capela funerária da rainha e do rei com bens de prestígio; b) doações a instituições religiosas; c) divisão dos bens da rainha pelos seus herdeiros; d) distribuição de dinheiro pela clientela pessoal da rainha. Destas quatro grandes preocupações, aquela que nos merece maior comentário diz respeito à divisão dos bens da rainha pelos seus descendentes. Em todo o caso, parece-nos importante analisar sequencialmente estes quatro aspectos.

1. Dotação da capela funerária de D. Afonso IV e D. Beatriz

A opção de transformar a cabeceira da Catedral de Lisboa num espaço funerário para o rei e para os altos dignitários da corte foi tomada por D. Afonso IV por volta de 1340, talvez na sequência da Batalha do Salado. Nos anos que se seguiram as obras efectuadas transformaram por completo a velha cabeceira românica da Sé, dando lugar a uma moderna e elegante construção gótica, pautada por um deambulatório muito iluminado no qual se rasgavam diversas capelas radiantes. Aparentemente, o novo modelo da cabeceira da Sé colocava o casal régio no centro da capela-mor, funcionando como um núcleo a partir do qual irradiavam as restantes capelas funerárias, implantadas, radialmente, na periferia desse centro. De acordo com o testamento da rainha, os dois sarcófagos régios já estavam prontos, embora ainda não estivessem depositados na sua localização

definitiva.⁹ Esta situação explica-se, naturalmente, pela demora na conclusão das obras da cabeceira, que se iriam prolongar até ao reinado de D. João I e que foram afectadas por alguns sismos¹⁰.

A rainha refere a doação de um pano destinado a cobrir o seu sarcófago, pano esse ornamentado com sete escudos preenchidos com as armas de Castela e Leão nas faces correspondentes aos pés e à testeira. Este pano, que sublinhava a ascendência castelhana da rainha, tinha sido enviado pela sua filha D. Leonor, rainha de Aragão. Para o sarcófago do rei oferece três alfolas (colchas) novas em pano de Granada. Manda ainda deslocar para a sua capela funerária uma lâmpada que se encontrava no coro da Sé, assim que esse espaço estivesse concluído. Finalmente, pede para ser sepultada com o hábito franciscano. Em termos de peças de ourivesaria a rainha lega à catedral três obras com grande interesse artístico, para serviço da real capela funerária. A rainha menciona uma peça devocional de ourivesaria, de grande aparato, que deveria ser colocada na sua capela. Trata-se de um “barril longo de cristal” com pé de prata, cheio de relíquias. A esta peça deveria juntar-se uma serpe de prata esmaltada com relíquias numa boceta de cristal. Por fim, a rainha doa uma outra boceta de cristal com pés, capitéis, “simitas”¹¹ e quatro “passarinhas de prata esmaltadas” onde deveria ser conservado o *Corpus Christi*.

2. Doações a instituições religiosas

Para remissão dos pecados e/ou como obra esmolar piedosa, a rainha deixa dinheiro e bens a várias instituições religiosas, sobretudo situadas em Lisboa. Distribui catorze almadaques (colchões grosseiros) por conventos mendicantes (S. Domingos, S. Francisco) e por hospitais lisboetas (de S. Vicente, do Rei, da Rainha), e doa também um “almadraque diante do estrado” ao Hospital do Rei. Doa ainda 960 (?) libras para a libertação de cativos e deixa 30 libras a cada um dos seguintes mosteiros: S. Francisco de Guimarães, Lamego, Guarda e Coimbra, e S. Domingos de Guimarães.

⁹ “Primeiramente mando o meu corpo enterrar em aquel lugar e Capella, hu el Rey D. Affonso meu Senhor a q’ Deos perdoe jaz ou ouver de jazer, e q’me enterrem no meu moimento, q’eu mandei fazer, o qual tenho na See de Lisboa, o qual moimento eu mando q’sse ponha em aquel lugar e Capella hu o dito Senhor Rey, e eu ouvermos de jazer. E mando q’ depois q’ o moimento de ElRey, e o meu forem postos, em aquel lugar, hu ouvermos de jazer (...)”, testamento de 1358.

¹⁰ Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra. Escultura tumular Medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2001, p.31.

¹¹ Isto é, “remates que se põem no alto de uma obra” (Morais, X, 194, sv “simitas”).

Provavelmente motivadas por razões diferentes, destacam-se as elevadas verbas que D. Beatriz doa a poderosas instituições nacionais: 1500 libras à Ordem de Santiago, 1000 libras à Ordem de Cristo, outro tanto à Ordem de Avis e outro tanto a Santa Cruz de Coimbra. Nestes casos, talvez se trate de uma forma de garantir a solidez dos laços de solidariedade entre a casa real e as poderosas ordens militares, instrumentos essenciais para a organização do espaço português e da estabilidade da coroa.

3. *Divisão dos bens da rainha pelos seus herdeiros*

É a este nível que se encontram algumas das peças de joalheria e ourivesaria mais interessantes do tesouro da rainha. Praticamente não existem doações em dinheiro (a exceção é uma sobrinha, a quem nada mais é doado). Na distribuição dos seus bens há uma clara preferência pelo seu filho, o rei D. Pedro, e pelos seus netos descendentes da esposa legítima, a Infanta D. Constança Manuel. De facto, os descendentes da união entre D. Pedro e D. Inês de Castro são claramente secundarizados, exceção feita à Infanta D. Beatriz.

Para o seu filho **D. Pedro**, já rei na altura em que o testamento é redigido, seguem diversos bens de luxo. Uma taça com sobrecopa rematada por um ornato com um cavaleiro montado num cisne, sendo acompanhada ainda por um pichel esmaltado – conjunto que lhe tinha sido oferecido pela rainha D. Leonor de Aragão, sua filha. Outra taça com pé de prata e sobrecopa dourada e esmaltada, que tinha sido dada a D. Beatriz por Lourenço Martins do Avelal quando veio de Aragão. Uma cinta em prata esmaltada, que havia pertencido ao irmão da rainha, o Infante D. Filipe. Um anel com uma esmeralda grande, golpada. Um anel com um rubi encastado, oferecido a D. Beatriz pela rainha de Aragão (D. Leonor?). Um anel com uma safira oriental grande, com letras em redor, que tinha sido descoberto num sarcófago. Um saleiro, o melhor a escolher entre os que a rainha possuía. Um anel com um rubi grande com “atalho de pesponta”, i.e., com remate de pontos alinhados. E finalmente dois «texees» de pedras, com safiras no meio e balaches pequenos e aljôfares em redor.

Para o neto **Infante D. Fernando**, herdeiro do trono, a doação aparenta ter sido ainda mais pingue. Um conjunto de relíquias oferecidas pelo Papa e guardadas num cristal. Uma taça de ouro com sobrecopa com a figura do *Agnus Dei*. Outra taça de ouro com sobrecopa rematada por uma safira que havia pertencido a D. Afonso IV. Uma cruz de ouro com um rubi ao centro e quatro safiras nos cabos que tinha pertencido à mãe do Infante e depois tinha passado para D. Afonso IV. Um camafeu com um leão, na família real desde o tempo de D. Dinis. Um anel

com uma esmeralda, que a rainha pede para o Infante nunca alienar. Sete anéis, dos quais três com rubis (dois grandes e um pequeno), três com diamantes (um grande e dois médios), um com uma esmeralda. Estes anéis tinham pertencido todos a D. Afonso IV, que quis deixá-los ao neto e, posteriormente, ao bisneto primogénito. Um anel com turquesa, que também tinha sido de D. Afonso IV. Outro camafeu com figura de “homem bochechudo”, que D. Afonso IV tinha dado à rainha. Uma peça com uma esmeralda rodeada por quatro aljôfares, que tinha pertencido à rainha de Aragão. Três safiras, duas grandes e uma pequena, das quais uma tinha talhe de castanha, outra tinha talhe de “boleta” (i.e. de bolota) e a outra é adjectivada apenas como “longeta” (i.e., longa). Uma cinta de ouro, que D. Afonso IV tinha oferecido à rainha. Um saquinho com anéis, dentro do mesmo saco onde se encontravam os sete anéis anteriormente mencionados, também pertencentes a D. Afonso IV.

Para a neta **Infanta D. Maria**, irmã de D. Fernando, igualmente filha de D. Constança Manuel, são doados vários objectos. Um relicário com um rubi rodeado por várias esmeraldas pequenas, que tinha ainda quatro esmeraldas grandes e quatro aljôfares grossos dispostos em círculo. Um grande camafeu pardo (acinzentado ou acastanhado), de colo, com figuras de basilisco, homem e leão, acompanhado por esmeraldas pequenas em redor. Um castelete com dois camafeus representando leões, um deles branco e o outro tismado, i.e., enegrecido, contando ainda com aljôfares, pedras finas pequenas em redor e um aljôfar no cabo. (Note-se que esta jóia, com feitio de um pequeno castelo, tinha sido oferecida à rainha por D. Maria de Castela, sua filha, esposa do rei D. Afonso IX de Castela.) Um anel com uma esmeralda longa. Várias contas de ouro “picadas” (i.e. com punções), “laudano” (?), “vizes” (?) e calcedónia que tinham pertencido à rainha D. Isabel (esposa de D. Dinis) e à Infanta D. Constança Manuel. Um “carro do ouro” com a respectiva donzela, com diamantes, pedras e aljôfares. Uma dobra de ouro grande esmaltada, que a rainha de Castela tinha oferecido a D. Beatriz. Várias contas de aljôfares, as “milhores que ouver”.

Para o neto **Infante D. João**, filho de D. Inês de Castro, são poucos os bens deixados em herança: uma copa de prata esmaltada que tinha pertencido a D. Afonso IV; duas taças de prata que se encontravam a uso pela rainha, “das per que bevo”; uma copa de prata dourada; outra copa de prata.

Para outro neto, o **Infante D. Dinis**, igualmente filho de D. Inês de Castro, os bens também são escassos: uma copa com sobrecopa de prata dourada e encimada por um botão grande que tinha pertencido ao Prior do Hospital, D. Estêvão Vasques; duas taças de prata que tinham sido oferecidas à rainha pelo Mestre de Avis; outra copa igual às anteriores.

Já para a neta **Infanta D. Beatriz**, igualmente filha de D. Inês de Castro, as doações voltam a ser bastante generosas, talvez devido a tratar-se de uma pessoa

do género feminino, dotando-a, por isso, com maiores atractivos patrimoniais. Boa parte dos objectos, de facto, parecem possuir bastante valor. Uma grinalda de ouro com rosetas esmaltadas, cada uma com o seu aljófar, e safiras entre as rosetas. Uma copa de prata dourada que pertenceu à célebre D. Vataça Lascaris. Várias contas de aljófares, as “milhores que hi ouver”. Um relicário de camafeu com figura de Sansão sobre um leão, cujo campo era preto e o homem e o leão eram brancos, com esmeraldas e rubis pequenos em redor – este relicário tinha pertencido a D. Maria Afonso, filha natural de D. Dinis. Uma cruz de ouro com camafeu de figura de cabeça branca em campo preto, com esmeraldas e rubis pequenos em torno do camafeu e dois rubis e rubis safiras nos cantos da cruz.

Para a **futura esposa do Infante D. Fernando**, D. Beatriz deixa uma arca de azeviche com pedras *confeitas* e o respectivo recheio.

Para a sua sobrinha, **D. Maria Girona**, a rainha deixa 1000 libras.

4. *Distribuição de dinheiro pela clientela pessoal da rainha*

As doações em dinheiro são feitas a quem não é do sangue da rainha, mas que se encontra na sua dependência. De facto, os bens mais estimados, por vezes conservados na posse da casa real portuguesa há várias gerações, são distribuídos hierarquicamente pelos filhos e netos. Jóias, pedras preciosas, relicários, peças de ourivesaria, taças, pichéis e outros objectos de prestígio são distribuídos apenas entre os descendentes da rainha. Para os restantes distribui-se um bem mais despersonalizado e facilmente quantificável: o dinheiro.

À criada Branca Lourenço do Avelal a rainha deixa 300 libras e várias contas de corais que tinham pertencido à sua filha, a rainha D. Leonor de Aragão. A Leonor Gonçalves a Velha, deixa 300 libras. A todas as outras donas e donzelas que andem com a rainha deixa a cada uma, respectivamente, 200 ou 500 libras. A Constança, filha de João das Leis, deixa 500 libras. A cada uma das suas *covilheiras* deixa 300 libras. A Maria Durães, *covilheira* do Infante D. Fernando, deixa 200 libras. Às suas mancebas deixa 200 libras. A D. Isabel de Cardona, abadessa de Santa Clara de Coimbra, deixa 300 libras. A Joana Martins e a Beatriz Martins, filhas de Lourenço Martins do Avelal deixa 100 libras a cada. Forra todos os seus mouros e mouras, servos e servas. Ao Mestre de Avis doa duas taças em prata dourada e lavradas, que lhe tinham sido oferecidas pelo bispo de Tui, e dois pichéis de prata dourada,¹² *ondados*, oferecidos pelo bispo de

¹² Embora tal não seja dito explicitamente, ao contrário do que sucede neste caso, é de supor que quando se enumeram os pichéis sem designar o seu material tais objectos deveriam ser feitos em estanho.

Évora. Ao Mestre João das Leis deixa 1000 libras. A Lourenço Martins, filho do Mestre de Avis, deixa 300 libras. A Vasco, filho de Esteves Anes, doa 300 libras. A Pêro Nunes, filho de Nuno Martins e Branca Lourenço deixa 300 libras. A Joane, criado da rainha, deixa 200 libras. Ao seu clérigo, Gil Martins, deixa 200 libras. Ao seu confessor, o franciscano Frei Estêvão da Veiga, deixa 100 libras e ao companheiro deste confessor, Frei Rodrigo, deixa 50 libras. A Mendo Afonso, do *thezouro* da rainha, deixa 200 libras. Deixa rendas de 30 libras anuais ao Mosteiro de S. Vicente de Fora. Manda dividir 2000 libras por todos os homens que se encontravam ao seu serviço. Finalmente, tem a preocupação de deixar ordem de pagamento a todos os seus eventuais credores, até ao montante máximo de 100 libras por credor.

Objectos notáveis

Do ponto de vista artístico, o testamento da rainha D. Beatriz descreve-nos alguns objectos notáveis e que a própria individualiza destacando-os no inventário através de uma descrição pormenorizada, sobretudo ao nível dos relicários e dos camafeus, mas não só. A já referida taça com sobrecopa e com um “capitel do cavaleiro do Cirne”[cisne], doada ao rei D. Pedro, era seguramente um objecto raro que testemunhava o requinte da realeza. Semelhante a este era o “carro do ouro com sa Donzela”, doado à Infanta D. Maria, uma miniatura que corresponde aos antecedentes dos pequenos mecanismos e autómatos comuns nas colecções da realeza e aristocracia europeias do período moderno. Outro objecto interessante era a complexa boceta de cristal com capitéis, pés e “simitas” de prata, com quatro passarinhas de prata esmaltada, destinada a guardar o *Corpus Christi* – que a rainha deixou ao serviço da capela funerária régia – fazendo lembrar, em menor escala, a célebre Custódia de Belém realizada século e meio depois. Outro objecto de joalharia dotado de grande valor era a grinalda em ouro com rosetas esmaltadas com um aljófar como centro e que estavam rodeadas por safiras, legada à Infanta D. Beatriz. Por último refira-se a arca de azeviche, doada à mesma Infanta, que se apresentava dotada também de várias pedras preciosas – uma peça rara que a rainha de Aragão, D. Leonor, tinha oferecido à sua mãe D. Beatriz.

Os três camafeus avulsos referidos são também objectos notáveis. Um deles tinha a figura de um leão e estava na posse da casa real desde D. Dinis. Outro tinha a “figura de homem bochechudo”, tendo pertencido também a D. Dinis. O terceiro, de cor parda e montado numa estrutura mais elaborada com várias pedras preciosas, apresentava as figuras de um homem, um leão e um basilisco. Eventualmente, tais jóias trabalhadas poderiam ter uma origem na Antiguidade

Clássica. Sabemos de várias jóias deste tipo que integraram os tesouros medievais e que foram, pontualmente, reaproveitadas em obras mais complexas, como sucede em três objectos do tesouro da rainha D. Beatriz. Referimo-nos a um castelete com dois camafeus representando leões de cores diferentes, um branco e outro enegrecido, oferecido por D. Maria de Castela, filha de D. Beatriz. Referimo-nos a um relicário cheio de pedras preciosas que possuía um camafeu de campo preto com as figuras de cor branca representando a “figura de Samsam esse sobre hu(m) Leom” (objecto que tinha pertencido à filha natural de D. Dinis, D. Maria Afonso). Referimo-nos, por fim, a uma cruz de ouro ornada com um camafeu representando uma cabeça branca em campo preto e diversas pedras preciosas. Se actualmente é difícil aferir até que ponto estes sete camafeus podem ser *spolia* da Antiguidade, julgamos que pelo menos dois deles têm elevadas probabilidades de ser obras clássicas. Falamos do camafeu que representa a “figura de homem bochechudo” e do que representa a “figura de Samsam esse sobre hu(m) Leom”. Com efeito, o primeiro poderá representar Dionísio ou um sátiro, enquanto que o segundo deverá ser uma interpretação cristianizada do tema clássico do combate entre Hércules e o Leão de Nemeia.

Também merece destaque, mais pelo contexto do achado do que pelo objecto em si, o anel com uma grande safira oriental “com letras a redor do arco”. Em relação a esta peça devemos sublinhar três aspectos: em primeiro lugar, o facto de ser uma jóia encontrada num sarcófago (romano?, alto-medieval?, românico?); em segundo lugar, o facto de ser uma safira oriental e não uma safira europeia, o que lhe aumentava substancialmente o seu valor e raridade¹³; e finalmente o facto de ser uma jóia hereditária, que já tinha pertencido a D. Dinis, a D. Afonso IV, à rainha D. Beatriz e, agora, ao rei D. Pedro. Devia tratar-se, portanto, de uma peça notável e bastante antiga.

* * *

A confrontação destes legados com aqueles documentados no codicilo de 1354 – podemos apenas pressentir a magnitude das alterações face ao testamento inicial que não conseguimos encontrar, talvez porque tornado obsoleto não tivesse havido interesse em preservá-lo – e, sobretudo, no segundo testamento de 1357, permite perceber um mais ou menos subtil conjunto de alterações que, sem revelar propriamente um padrão, não deixam de ser significativas.

¹³ As safiras orientais eram bem mais valiosas e raras do que as europeias, existentes nos depósitos vulcânicos de Le Puy-en-Velay (Byrne, 1935: 181). Em italiano diferenciavam-se as safiras *orientalis* das provenientes de *de Pódio*. Em português, no inventário da casa de D. Dinis refere-se uma safira de *Dalpói*.

As mais evidentes têm a ver com a inclusão em 58, por entre uma notável permanência entre os legatários, de três novas personagens. Trata-se dos infantes João, Dinis e Beatriz, todos filhos de Inês de Castro, todos ausentes das versões anteriores embora nascidos entre 52 e 54. É verdade que a sua presença, numa sequência que respeita estritamente a hierarquia no interior da família real, não deixa de ser convenientemente marcada pela exiguidade dos legados, pelo menos no que aos dois infantes diz respeito: nenhuma redistribuição do tesouro da rainha em seu proveito, devendo eles contentar-se com alguns elementos saídos aparentemente da baixela de serviço desta. E se a Beatriz cabe melhor sorte, talvez por intangíveis razões do domínio dos afectos – cujo impacto na distribuição dos legados será difícil medir por entre a estrita codificação hierárquica, mas que a espaços se pode pressentir – talvez por um comportamento que tende a reforçar as dotações femininas, criando neste caso o embrião de um pequeno tesouro que vai do ornamental ao sagrado (grinalda, cruz, relicário), isso não é suficiente para escamotear o evidente desejo de reduzir ao mínimo a participação dos infantes Castro na partilha do tesouro real.

Neste sentido, as sucessivas versões que a rainha faz do seu testamento reflectem claramente as mudanças na circunstância política ocorridas durante o período de menos de dez anos que eles cobrem, uma curta duração em que se assiste, porém, a uma profunda alteração no quadro da família real¹⁴. O primeiro tem como antecedente próxima a morte de um dos três filhos do casal real a atingir a idade adulta, a rainha de Aragão D. Leonor, no ano anterior de 48, o da peste e provavelmente também a da mulher do infante herdeiro, Constança Manuel, nesse ano de 49. Tanto este como o seu codicilo são anteriores no entanto à total transformação que ocorre nos anos imediatos: execução de Inês de Castro em 55, morte da outra filha do casal real, a rainha Maria de Castela em Janeiro de 57, do próprio rei, em Maio do mesmo ano. Os testamentos de 57 e 58, que antecedem a sua morte em 59, reflectem a dimensão desta mudança ao mesmo tempo familiar e política. O primeiro situa-se entre o passamento da rainha de Castela e o de Afonso IV; o segundo reage a este.

Ela própria legatária das filhas mortas, a rainha gere a repartição futura do seu tesouro. Cuidadosamente, enunciando percursos dos objectos que parecem conter em si um código: recomendações explícitas, por exemplo, de que alguns deles se mantenham na linha de sucessão da Corôa. Objectos de rei, não porque emblemas da função real mas porque se criou o uso de visualmente os associar à pessoa régia. As mortes ampliam o tesouro, concentram-no. Contudo criam

¹⁴ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp.159 e ss..

também novos contextos de redistribuição. A de D. Afonso IV, sobretudo. Porque a sucessão no trono do infante coloca imediatamente o problema político da integração dos filhos de Inês, a segunda família do novo rei, na geografia da família real. D. Beatriz deve ter aceite contrafeita como a segura aparente deste inventário parece demonstrar pela exiguidade de espaço deixado aos infantes nesta economia simbólica do luxo, como pela criação de um legado em potência, destinado a uma mulher ainda inexistente do infante D. Fernando. Velha matriarca conhecedora do potencial de entropia contido numa parentela régia, a rainha procura assim valorizar o ramo primogénito face aos novos rebentos. Os seus cuidados, anote-se, não deixarão de ser premonitórios.

Assim não só as versões do testamento correspondem a momentos políticos como é a própria circulação de objectos por eles instituída que se anuncia enquanto marcador simbólico do jogo político: num quadro definido e muito estável que é o da sua própria Casa, onde governa em 58 o Mestre de Avis, D. Martim do Avelar, cuja parentela constitui o grupo familiar, depois da casa real, mais contemplado pelos legados da rainha, D. Beatriz constitui-se como o foco de um feixe complexo de relações que atravessa toda a primeira metade de Trezentos, articulando Castela, Portugal e Aragão e em que a comunicação se faz tanto pela circulação dos príncipes e daqueles que os acompanham, como pela dos objectos que constituem demonstração material do seu poder. São também estes objectos que unem quatro gerações da casa real portuguesa, de D. Dinis a D. Fernando. É através deles que se evidencia a sua relação preferencial com o sagrado em que o culto das relíquias vem a assumir uma função polarizadora, mas que tem outra dimensão na crença nas virtudes das pedras preciosas que constituem uma boa parte do interesse do tesouro, como o rigor posto na sua identificação bem demonstra. É finalmente através deles que se faz a referência da família real a dois mundos de prestígios remotos, o oriental, de onde vêm tantas das gemas, a Antiguidade romana, de onde são provenientes os camafeus e também as ideias romanistas que por esta época já estão a dominar a corte portuguesa, como as outras do Ocidente latino. Pouco importa que dessa referência antiga não haja uma consciência cronológica muito clara: a sua vetustez é suficiente para lhes conferir prestígio real, como o exemplo de arqueologia tumular aqui registado claramente indica. Como acontece com a realeza de que são emblema de distinção o tempo e a memória fazem parte dos próprios objectos e são capazes por si mesmos de lhes conferir valor. Inventariá-los, aqui, é apenas uma forma de garantir que ele seja adequadamente utilizado durante o percurso. E com isto faz-se política a circulação dos objectos preciosos e instrumento ideológico o tesouro.

Anexo I – Quadros comparativos dos legados (testamentos de 1357 e 1358)

Testamento da Rainha D. Beatriz, Alenquer, 1358.

Nº ordem	Bens/Objects	Quantidade	Valor	Origem	Destinatário	Notas
O que se perde de 1357 para 1358						
	A minha esmeralda tamanha como a outra de virtude que leixo ao Infante D. Pedro	1		Maria de Molina	D. Afonso IV	
	Maior rubi que tem em anel, é golpeado a lugares	1			D. Afonso IV	
	Panos de lá de figuras	2		D. Martim do Avelal mestre de Avis meu criado (um deles)	Sé de Lisboa (capela-mor/sepulcral)	Tumulação (cerquem com eles a capela)
	Mantas de lá grandes com sinais del rei e meus	2			Sé de Lisboa (capela-mor/sepulcral)	Tumulação (capela)
	Esmeralda encastoada em anel	1		Rainha de Aragão (D. Leonor), “...quando se foi”	D. Pedro	C/ nº 16 em 1357, talvez nº26 aqui.
	Safira grande quadrada em anel	1			D. Pedro	
	Rubi quadrado encastoado em anel	1			D. Pedro	
	Safira grande encastoada em anel, letras no arco	1			D. Pedro	≠ do nº 17
	Maior diamante que houver	1			D. Pedro	
	Anel c/ rubi	1		Foi de D. Maria Afonso, mulher que foi de D. João de Lacerda	D. Fernando	Identificável ao nº 8 de 1354?

Nº ordem	Bens/Objectos	Quantidade	Valor	Origem	Destinatário	Notas
	Taça de prata c/ sobrecoipa	1		“que me deixou Lourenço Martins do Avelar quando passou”	D. Fernando	Corresponde à descrição do nº 13, mas trata-se de outro item, já que este foi doado aqui a D. Afonso IV.
	Dos melhores diamantes	1			D. Fernando	
	Rubi e Safira	1+1		“...dos bens que houver”	D. Fernando	
	Relicário de três cantos e tem dum cabo um rubi no meio e três safiras nos cantos e grãos de aljófar grossos e meão e da outra parte tem imagem de S. Maria c/ seu filho; “relicário com três safiras em cada canto uma, e um rubi no meio grosso e quatro grãos de aljófar e de casa uma Magestade de S. maria no colo e esta caza é cheia de mui boas reliquias” (1354)]	1		D. Afonso IV deu-o à rainha D. Isabel sua mãe e depois à mulher	D. Maria	Nº 13(1354)
	Camafeu em anel e é figura de cabeça de homem branca e está sobre esmeralda	1		Rainha de Castela minha filha	D. Maria	
	Grinalda ancha com rubis, safiras, esmeraldas e grãos de aljófar grosso	1			À que for mulher do infante D. Fernando	
	Panos de lã, uns com penaveira, outros sem ela	2 pares			Branca Lourenço do Avelar	Criada
	Panos de lã com sa penaveira	1 par			Leonor Gonçalves a Velha	

Nº ordem	Bens/Objectos	Quantidade	Valor	Origem	Destinatário	Notas
	Panos sem penaveiras	Senhos pares			Donas	Que andarem com ela ao tempo do saímento
	Panos sem penaveiras	Senhos pares			Donzelas ainda que não casem	Que andarem com ela ao tempo do saímento
	Panos sem penaveiras	Senhos pares			Covilheiras	Que andarem com ela ao tempo do saímento
	Panos de lá	Todos			Mulheres pobres e envergonçadas fidalgas ou vilãs	Os que ficarem pagas as cláusulas e irão todos sem abotoaduras
	Casamentos				Mancebas	

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
1	Panos para sarcófago da rainha	1		Rainha D. Leonor de Aragão, filha		Sé de Lisboa (capela-mor/sepulcra)		Tumulação.
2	Lâmpada	1				Sé de Lisboa (coro)		Tumulação.
3	Barril de cristal com pé de prata e relíquias	1				Sé de Lisboa (capela-mor/sepulcra)		Tumulação.

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
4	Almadraques	14						
5	Almadraque diante do estrado	1						
	30 lbs [150 lbs] (1358); 30 lbs (1354)							N.º 16 (1354)
6	960 (?) libras							
7	1500 libras							

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
8	Dinheiro	3	1000 libras (3000 libras)			Ordem de Cristo; Ordem de Avis; Ordem de S ^{ta} Cruz de Coimbra.		
9	Alfolas (em pano de Granada?) para sarcófago do rei, “quando uma quando a outra” (1358); Alfolos novos de panos de Granada, uma sobre o monumento, outra alta sobre ele, outra a cada uma dos castanheiros (1357)	3				Sé de Lisboa (capela-mor/ sepulcral)		Tumulação,
10	Serpe de prata esmaltada em boceta de cristal (com relíquias) (1358); Serpe com seu coral e com seus escorpiões (1357)	1			Rainha de Aragão sua filha	Sé de Lisboa (capela-mor/ sepulcral)	Afonso IV	Tumulação.
11	Boceta de cristal com pés, capitéis, simitas (?) e 4 passarinhas de prata esmaltadas (para colocar o Corpus Christi)	1				Sé de Lisboa (capela-mor/ sepulcral)		Tumulação.
12	Taça com sobrecopa, e capitel do cavaleiro do Cisne e com pichel pequeno esmaltado (1358 e 1357)	1		Rainha D. Leonor de Aragão, filha		Rei D. Pedro (filho)		Taça com tampa rematada por um ornato com um cavaleiro montado num cisne acompanhada por um pichel pequeno esmaltado

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
13	Taça [em pé de prata, sobrecopa dourada e esmaltada]	1		Lourenço Martins do Avelal (quando veio de Aragão)		D. Pedro	D. Afonso IV	Detalhe da peça no final do testamento.
14	Cinta (em prata esmaltada) (1358 e 1357)	1		Infante D. Filipe (irmão da rainha)		D. Pedro		
15	Esmeralda grande em anel (golpada) (1358); Esmeralda da virtude (1357)	1			D. Maria de Molina, que foi de D. Nuno	D. Pedro	Infante D. Pedro, com condição que fique por morte ao Infante D. Fernando e assim sucessivamente aos infantes herdeiros "porque é de benção"	
16	Rubi encastoado em anel (1358 e 1357)	1		Rainha de Aragão (D. Leonor)	"...quando se foi"	D. Pedro	idem	
17	Safira oriental grande em anel com letras em redor. Descuberta em sarcófago (1358); Safira da virtude para os olhos e tem letras arredor do castão (1357)	1		D. Dinis - D. Afonso IV (que lha deu)		D. Pedro	D. Afonso IV	4º proprietário (D. Dinis, D. Afonso IV, D. Beatriz). Foi descoberta num sarcófago.

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
18	Salteiro (1358 e 1357)	1				D. Pedro		A escolher o melhor entre os que a rainha possuía.
19	Rubi grande em anel com atalho de pesponita (1358 e 1357)	1				D. Pedro	D. Maria	
20	Texes de pedras, safiras nomeiogo, e balayzes pequenos e aljófares em redor	2				D. Pedro		Um deles identificável a nº 4 de 1354?
21	Cristal com relíquias (1358 e 1357)	1		Papa		Infante D. Fernando (neto, futuro rei)	idem	
22	Taça de ouro com sobrecoipa e <i>Agnus Dei</i> por dentro	1				Infante D. Fernando		
23	Taça de ouro com sobrecoipa rematada por safira	1		D. Afonso IV		Infante D. Fernando		
24	Cruz de ouro com rubi ao centro e 4 safiras nas pontas	1		D. Constança – D. Fernando	Idem, também em 1354	Infante D. Fernando	Idem, também em 1354	Pertenceu à mãe de D. Fernando. Nº 11 (1354)
25	Camafetu do Leão (1358); “... e tem dois rubis e duas safiras e quatro grãos de aljófar” (1357); “o campo é de safira e o leão branco, e tem duas safiras e dois rubis e quatro grãos de aljófar arredor” (1354)	1		D. Dinis – D. Afonso IV	Idem, também em 1354	Infante D. Fernando	Idem, também em 1354	Foi do bisavô (1358). “Foi achado num moimento” (1354)
26	Esmeralda em anel (1358); Esmeralda longa (1357)	1			idem	Infante D. Fernando	Idem, também em 1354	Pedido que fique para o seu herdeiro. Nº 7 de 1354.

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
27	Sete anéis: 3 com rubi (2 grandes e 1 pequeno); 3 com diamante (1 grande e 2 médios), 1 com esmeralda.	7		D. Afonso IV [mais adiante é dito que pertenciam a este rei]		Infante D. Fernando		Acrescenta no final do testamento que foi D. Afonso IV quem quis deixá-los ao neto e que, depois disso, passassem ao seu bisneto.
28	Turquesa em anel	1		D. Afonso IV		Infante D. Fernando		
29	Camaféu com figura de homem bochechudo	1		D. Afonso IV		Infante D. Fernando		
30	Esmeralda com 4 aljófares; esmeralda grande de colo com quatro grãos de aljófar muito grosso em redor.	1		Rainha de Aragão (D. Leonor) [Rainha de Aragão/D. Afonso IV/D. Dinis 2º 1354]		Infante D. Fernando		Pedido que fique para o seu herdeiro. Nº 5 de 1354.
31	Safras (2 grandes e 1 pequena), duas com talhe de castanha e de bolota, outra com formato alongado (1358); “...que me ele deu para os olhos” (1357); duas safras, uma “talho de bolota, outra talho de almindor” (1354)	3			D. Afonso IV, foi de D. Dinis [Afonso IV 2º 1354]	Infante D. Fernando [também em 1354]	Afonso IV	Nº 10 (1354)
32	Cinta de ouro	1		D. Afonso IV		Infante D. Fernando		

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
33	Saquinho com anéis	1		D. Afonso IV		Infante D. Fernando		[estava dentro do saco com os 7 anéis referidos anteriormente]
34	Relicário com um rubi rodeado por esmeraldas pequenas, com 4 esmeraldas grandes e quatro aljófares grossos	1				Infanta D. Maria (neta; filha de D. Constança Manuel		
35	Camaféu grande de colo com figuras de basilisco, homem e leão, de cor pardá (campo e figuras), com esmeraldas pequenas em redor	1				Infanta D. Maria		
36	Castete com dois camaféus com leões, um branco outro tismado, e ainda com aljófares e pedras finas miúdas em redor (com um aljófar no cabo)	1		D. Maria de Castela (Rainha de Castela, esposa de D. Afonso XI; filha de D. Beatriz)		Infanta D. Maria		
37	Esmeralda longa em anel (1358 e 1357)	1		D. Afonso IV		Infanta D. Maria	idem	Como nº 26 mas encastada em carrolla
38	Contas[colares] de ouro com punções, laudano (?), vizes (?), com 1 calcedónia	1		Rainha D. Isabel – D. Constança da Sicília sua mãe [1249-1301]		Infanta D. Maria		
39	Carro do ouro com uma donzela (com diamantes, pedras e aljófares)	1				Infanta D. Maria		

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
40	Dobra do ouro grande esmaltada	1		Rainha de Castela (D. Maria de Portugal, filha de D. Beatriz 1313-1357)		Infanta D. Maria		
41	Contas [colares] de aljófares	n.d.				Infanta D. Maria		A escolher os melhores entre os que a rainha possuía. [identificável em parte ao nº 3 de 1354?]
42	Copa de prata esmaltada	1		D. Afonso IV		Infante D. João, filho Inês de Castro		
43	Taças de prata («das per que bevo»)	2				Infante D. João		
44	Copa de prata dourada	1				Infante D. João		
45	Copa de prata	1				Infante D. João		[referida mais abaixo]
46	Copa com sobrecopa de prata dourada com botão grande	1		Prior do Hospital, D. Estêvão Vasques		Infante D. Dinis		
47	Taças de prata	2		Mestre de Avis		Infante D. Dinis		O Mestre de Avis tinha oferecido mais do que 2 taças.
48	Copa de prata	1				Infante D. Dinis		
49	Grinalda de ouro com rosetas esmaltadas e safiras entre as rosetas (em cada roseta um aljófar) [Grinalda (Grinalda) de rosas esmaltadas c/ pedras e aljófar, 1357]	1				Infanta D. Beatriz, filha Inês de Castro	D. Maria	

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
50	Copa de prata dourada	1		D. Vateça		Infanta D. Beatriz		
51	Contas de aljófares	n.d.				Infanta D. Beatriz		A escolher depois da Infanta D. Maria
52	Relicário de camafeu com figura de Sansão sobre um leão, campo preto e homem e leão brancos. Tem esmeraldas e rubis em redor.	1		D. Maria Afonso (filha natural de D. Dimis)		Infanta D. Beatriz		
53	Cruz de ouro com camafeu de figura de cabeça branca em campo preto, esmeraldas e rubis pequenos em torno do camafeu e dois rubis e rubis safiras nos cantos da cruz	1				Infanta D. Beatriz		
54	Arca de azeviche, com pedras «confeitas» (e com o respectivo recheio)	1		Rainha D. Leonor de Aragão, filha		Futura mulher do Infante D. Fernando (neto, futuro rei)		
55	Dinheiro	1	1000 libras (Casamento)			Maria Girona , sobrinha da rainha		Sobrinha, como a Rica Dona
56	Dinheiro	1	300 libras			Branca Lourenço do Avelal	idem	Criada
57	Contas de corais	n.d.		Rainha D. Leonor de Aragão, filha		Idem		

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
58	Dinheiro	1	300 libras			Leonor Gonçalves, a velha	200 libras	Criada
59	Dinheiro	n.d.	200 libras a cada			Outras Donas da rainha	idem	
60	Dinheiro	n.d.	500 libras a cada			Outras Donzelas da rainha	idem	
61	Dinheiro	1	500 libras			Constança, filha de João das Leis		
62	Dinheiro	n.d.	300 libras a cada			As minhas covilheiras	idem	
63	Dinheiro	1	200 libras			Maria Durães, covilheira do Infante D. Fernando (neto, futuro rei)		
64	Dinheiro	n.d.	200 libras			Mancebas da rainha		
65	Dinheiro	1	300 libras			D. Isabel de Cardona, abadesa de Santa Clara de Coimbra	idem	

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
66	Dinheiro	1	100 libras					idem Dona de S. Clara de Santarém
67	Dinheiro	1	100 libras					idem Dona de S. Clara de Santarém
68	Forra todos os mouros e mouras, servos e servas							Mouras e servas
69	Taças de prata dourada, lavradas	2		Bispo de Tui	idem			D. Pedro
70	Picheis de prata dourada e ondados	2		Bispo de Évora				
71	Dinheiro	1	1000 libras					Idem, 300 libras
72	Dinheiro	1	300 libras					
73	Dinheiro	1	300 libras					
74	Dinheiro	1	300 libras					
75	Dinheiro	1	200 libras					Meu criado

	Item	Quantidade	Valor	1358	1357	1358	1357	Notas
76	Dinheiro	1	200 libras			Gil Martins	idem	Meu clérigo, prior de S. Maria de Sintra
77	Dinheiro	1	100 libras			Frei Estêvão da Veiga, franciscano	Idem	Meu confessor
78	Dinheiro	1	50 libras			Frei Rodrigo	Idem	Companheiro do confessor da rainha
79	Dinheiro	1	200 libras			Mendo Afonso		Do thezouro da rainha
80	Rendas	n.d.	30 libras cada			Mosteiro de S. Vicente de Fora		
81	Dinheiro	1	2000 libras			Aos meus homens	Idem, assim de criação como de cavalo como de pé	A dividir por todos os homens da rainha
82	Pagamento de eventuais dívidas	n.d.	100 libras			Eventuais credores até máximo de 100 libras		
83	Dinheiro		[200] libras			Gomes Martins, prior de S. Miguel de Sintra		Clérigo da rainha

Anexo II – Personagens envolvidas na validação e execução dos testamentos.*(itálico)* os que repetem.**Testamenteiros**

(1349)

[...]

Fr. Bento

(1354) Codicilo

D. Martim do Avelar, copeiro mor da rainha*Fr. Estevão da Veiga, O.F.M., seu confessor* e do rei

+

os mesmos de 1349 excepto Fr. Bento

(1357)

Afonso IV, *D. Pedro, D. Fernando*

Diogo Lopes, senhor de Ferreira

D. Martim do Avelar, mestre de Avis,

(mordomo mor em 58)

D. Rodrigo Anes, mestre de Cristo, mordomo mor da rainha

D. Lourenço Martins, bispo de Coimbra

(de Lisboa em 58 e chanceler mor da rainha)

*D. João Gomes, bispo de Évora**Mestre João das Leis* do Conselho e da mercê del-Rei (vassalo del Rei em 58)*Gil Martins clérigo da rainha**Fr. Estevão da Veiga, O.F.M., seu confessor*

+ (1358)

Gomes Martins, prior de S. Miguel de Sintra, clérigo da rainha

Testemunhas

(1354)

João Afonso, tesoureiro do rei

João Afonso, abade de Alfandega, vedor da casa da rainha

*Jorge Pires, escrivão da rainha**Mendo Afonso, escrivão da rainha*

(1357)

Mestre Vasco das Leis

Giraldo Esteves, que foi sobrejuiz del rei

Álvaro Pais, escolar

Gonçalo Pais, escrivão da chancelaria do rei

Mestre Rodrigo, físico del Rei

*Estevão Peres, reposteiro mor da rainha**Mendo Afonso, escrivão do tesouro da rainha*

(1358)

Guilherme Anes, tam. Alenquer

Domingos Vicente, tam. Alenquer

Pedro Aires, tam. Alenquer

João Anes, tam. Alenquer

Fr. Rodrigo, frade da rainha

*Estevão Peres, reposteiro mor da rainha**Jorge Pires, escrivão da rainha*

Afonso Domingues, mantieiro da rainha

Tabelião (geral) (1354,1357,1358)

Vasco Eanes